

PERCURSOS SOCIAIS
UMA METODOLOGIA
DE ENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO PARA
A ADAPTAÇÃO DE
ESPAÇOS VERDES
PÚBLICOS

MANUAL DO PROJETO



CONTRIBUIDORES

MARCA-ADL

Rosa Coelho | Coordenadora de Projetos Sociais
Marta Mattioli | Coordenadora de Projetos Ambientais
Rui Rebocho | Técnico de Projeto
Joana Torgal | Edição e Design

KIRKAYAK KÜLTÜR ASSOCIAÇÃO DE NATUREZA E ARTES

Murat Kaya | Coordenador de Projetos
Emine Doğan | Coordenadora de Programas
Betül Alp | Assistente de Projeto
Kemal Vural Tarlan | Consultor de Projetos

INFORMAÇÕES DE CONTACTO

MARCA-ADL | marca@marca-adl.pt
KIRKAYAK KÜLTÜR | info@kirkayak.org

Esta publicação foi preparada e impressa no âmbito do projeto SPACeS Methodology (Social Pathways: A Community Engagement Methodology for the adaptation of public green spaces). A responsabilidade pelo conteúdo é dos coordenadores do projeto, Marca-ADL e Kirkayak Kültür. Não reflete necessariamente as opiniões dos coordenadores do programa, MAD e ALDA, ou do apoiante Stiftung Mercator.

PERCURSOS SOCIAIS UMA METODOLOGIA DE ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PARA A ADAPTAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS

MANUAL DO PROJETO

5 INTRODUÇÃO
SOBRE O PROJETO

9 O QUE SÃO ESPAÇOS
VERDES URBANOS?

PERSPETIVA HISTÓRICA DO
PLANEAMENTO VERDE URBANO

DEFINIÇÕES E TIPOS DE ESPAÇOS
VERDES URBANOS

O PAPEL E OS BENEFÍCIOS DOS
ESPAÇOS VERDES NAS ZONAS
URBANAS

15 QUAL É A
IMPORTÂNCIA
DOS ESPAÇOS
VERDES URBANOS
NA ADAPTAÇÃO
E RESILIÊNCIA
CLIMÁTICAS?

20 ENVOLVIMENTO
DAS COMUNIDADES
I ABORDAGENS
PARTICIPATIVAS

O QUE TORNA UMA
PRÁTICA DE *PLACEMAKING*
INCLUSIVA E PARTICIPATIVA?

28 METODOLOGIA
E GUIA DE
IMPLEMENTAÇÃO

36 A NOSSA
EXPERIÊNCIA

UMA ESTUFA PARA A
PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
KIRKAYAK KÜLTÜR
GAZIANTEP, TURQUIA

NOVAS ÁREAS COMUNS
EM JARDIM PÚBLICO
MARCA-ADL,
MONTEMOR-NOVO, PORTUGAL

46 CONCLUSÃO

48 REFERÊNCIAS

54 ANEXOS

INTRODUÇÃO

SOBRE O PROJETO

Este manual é um dos resultados do projeto SPACES desenvolvido e implementado localmente pela Kırkayak Kültür em Gaziantep, Turquia, e pela Marca-ADL em Montemor-o-Novo, Portugal. A Kırkayak Kültür e a Marca-ADL são duas organizações da sociedade civil dedicadas à promoção de comunidades inclusivas, sustentáveis e resilientes. Enquanto a Kırkayak Kültür se concentra na coesão social através da arte, da cultura e da defesa dos direitos humanos, a Marca-ADL trabalha para promover o desenvolvimento social e económico das regiões rurais através da cooperação e da participação dos cidadãos. Unidos por valores comuns de igualdade, diálogo e capacitação da comunidade, juntámo-nos para criar este manual como um recurso para a construção de sociedades mais fortes e mais interligadas.

A Kırkayak Kültür dedica-se a promover a coesão social através da arte, da cultura e do diálogo. Com base no conceito de “viver juntos”, criamos espaços inclusivos onde diversas comunidades podem ligar-se, partilhar e envolver-se. O nosso trabalho dá prioridade a uma abordagem baseada nos direitos, promovendo a igualdade, os direitos humanos e os valores democráticos. Através de iniciativas culturais e artísticas, pretendemos derrubar barreiras, capacitar grupos desfavorecidos e incentivar interações significativas que desafiem o preconceito e a discriminação.

A Marca-ADL é uma associação de desenvolvimento local e uma ONG para o Ambiente empenhada no desenvolvimento social e económico das regiões rurais, particularmente em Montemor-o-Novo. Ao promover a cooperação, a sustentabilidade e a participação dos cidadãos, trabalhamos para criar comunidades inclusivas e resilientes. A nossa abordagem baseia-se na integridade, transparência e respeito pelos direitos humanos, assegurando a igualdade de oportunidades e a não discriminação. Através da colaboração e da criação de redes, procuramos soluções inovadoras para os desafios locais e globais, esforçando-nos por melhorar a qualidade de vida de todos.

Através do programa THE:PLACE, tivemos a oportunidade de colaborar no projeto SPACES – Percursos Sociais: Uma Metodologia de Envolvimento Comunitário para a adaptação de espaços verdes públicos, que dá vida aos nossos valores partilhados de inclusão, diálogo e envolvimento comunitário.



O OBJETIVO DO PROJETO

O principal objetivo deste projeto é implementar práticas de *placemaking* inclusivas e sustentáveis em duas áreas urbanas de regiões mediterrânicas, nomeadamente Gaziantep, Turquia e Montemor-o-Novo, Portugal, com o objetivo de reforçar a coesão social entre diversas comunidades locais através da criação e transformação de espaços verdes.

Ao implementar este projeto, procuramos criar ambientes que facilitem interações sociais significativas, promovendo, em última análise, um sentimento de ligação, confiança mútua e pertença entre os membros da comunidade. Isto será conseguido através do desenvolvimento e melhoria de espaços verdes urbanos resilientes, garantindo a sua acessibilidade e usabilidade para a participação coletiva. O foco principal deste projeto é duplo: em primeiro lugar, abordar a exclusão social, particularmente entre os grupos vulneráveis, incluindo os migrantes, os idosos e os jovens; e, em segundo lugar, as soluções baseadas na natureza que implementamos têm como objetivo abordar os problemas existentes relacionados com as alterações climáticas ou enfrentar diretamente as alterações climáticas.

O nosso projeto, especificamente, visa abordar os seguintes objetivos de desenvolvimento sustentável: **10 - Reduzir as desigualdades**, uma vez que pretendemos adaptar e criar espaços que sejam inclusivos e permitam a coesão social; **11 - Cidades e comunidades sustentáveis**, uma vez que estes espaços serão concebidos tendo a sustentabilidade como essência e razão de existir; e **13 - Ação climática**, uma vez que estes espaços serão espaços verdes que também irão combater situações como as altas temperaturas, a escassez de água, a perda de qualidade do ar ou a perda de biodiversidade.



Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Fonte: <https://sdgs.un.org/goals#icons>.

O QUE ESPERAR DESTE MANUAL

Este manual serve como um guia prático de implementação para os stakeholders envolvidos na criação de espaços urbanos para a resiliência ambiental e coesão social. Concebido para apoiar a adaptação e/ou a criação de espaços inclusivos e sustentáveis, particularmente na região mediterrânica, este recurso oferece uma breve introdução aos espaços verdes urbanos, à resiliência ambiental e climática e às formas de envolver as comunidades no processo de criação de espaços.

Este manual oferece informações breves sobre como olhar para os espaços urbanos através de um olhar crítico sobre o clima e a coesão social, como selecionar um local de implementação, fomentar um sentido de comunidade entre os participantes e criar um sentimento de pertença, destacando práticas de desenho inclusivas e participativas. Também fornece orientações sobre como trabalhar com grupos diversos, particularmente em contextos que envolvem migrantes e locais ou grupos intergeracionais, como jovens e idosos. Estas ideias e recomendações são retiradas de dois estudos de caso realizados no âmbito do projeto e de referências escritas de projetos de *placemaking* ecológico anteriormente concluídos ou em curso. Na nossa implementação, adaptámos as suas práticas de acordo com as realidades sociais e físicas dos nossos contextos locais.

Adicionalmente, este manual tem como objetivo sensibilizar as autoridades locais, organizações e comunidades para o papel crucial dos espaços verdes urbanos na promoção da resiliência ambiental e social. Ao enfatizar a importância dos espaços verdes urbanos na sustentabilidade ambiental e no bem-estar da comunidade, este recurso procura inspirar mudanças nas políticas e práticas, tanto a nível local como regional. Através da sua abordagem estruturada e recomendações de boas práticas, serve como uma ferramenta chave para assegurar o impacto a longo prazo e a replicabilidade da metodologia do projeto.

O QUE SÃO ESPAÇOS VERDES URBANOS?

PERSPETIVA HISTÓRICA DO PLANEAMENTO VERDE URBANO

As iniciativas de espaços verdes urbanos tiveram início no século XIX como resposta aos desafios sociais e ambientais da Revolução Industrial. O afastamento das cidades da natureza levou a projetos destinados a melhorar o bem-estar social e os valores morais. Os parques foram moldados por significados culturais, dinâmicas de poder e fatores económicos, servindo como instrumentos de controlo social e de valorização da propriedade. No século XIX, refletiam também os valores da classe média e proporcionavam espaços seguros para as famílias e as mulheres. No início do século XX, os parques e jardins foram concebidos para promover a renovação física, elevar os padrões morais e proporcionar benefícios educativos. Na era modernista, os espaços verdes tornaram-se essenciais para a conceção urbana, e o período pós-modernista mudou o enfoque para a visão das cidades como sistemas sustentáveis num contexto mais vasto, integrando espaços urbanos e não urbanos.

A ecologização urbana (*urban greening*) tem sido impulsionada por motivações como preocupações ecológicas, reforma social, benefícios económicos e identidade local. As perspetivas sistémicas, os processos participativos e a sustentabilidade têm orientado o planeamento dos espaços verdes. O conceito de

HISTÓRIA DO PLANEAMENTO VERDE URBANO

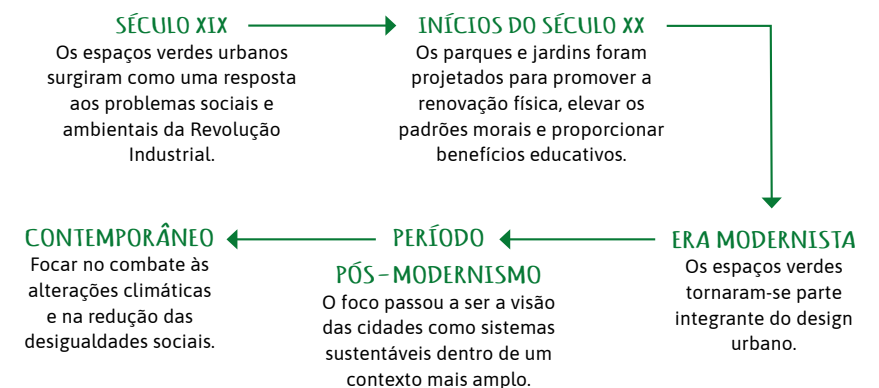


Figura 2. História do Planeamento Verde Urbano.



infraestrutura verde surgiu como uma alternativa ao desenvolvimento urbano fragmentado, criando redes interligadas de zonas verdes que apoiam os processos naturais e melhoram a qualidade de vida. As soluções baseadas na natureza (SBN) também ganharam destaque, oferecendo métodos adaptativos e eficientes em termos de recursos para os desafios urbanos.

Os esforços contemporâneos de ecologização urbana centram-se no combate às alterações climáticas, na melhoria da qualidade do ar, na gestão da água, no apoio à biodiversidade e na redução das desigualdades sociais. Esta perspetiva histórica sublinha o papel multifacetado dos espaços verdes urbanos, destacando o seu valor social, ambiental e económico como componentes integrais de uma vida urbana sustentável.

DEFINIÇÕES E TIPOS DE ESPAÇOS VERDES URBANOS

Os espaços verdes urbanos são componentes essenciais das cidades, oferecendo uma vasta gama de benefícios ambientais, sociais e de saúde. Estes espaços são tipicamente definidos como parcelas de terreno cobertas de vegetação que separam ou rodeiam áreas de intensa utilização residencial ou industrial e são dedicadas a fins recreativos ou de parque. Desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar dos residentes urbanos e na melhoria da qualidade de vida global em zonas densamente povoadas.

Os espaços verdes urbanos incluem vários tipos de áreas, como parques, jardins, telhados verdes, quintas urbanas, paisagens em torno de edifícios e árvores de rua. Estes espaços proporcionam benefícios significativos tanto para as pessoas como para o ambiente. Apoiam a saúde física e mental, oferecendo oportunidades para atividades ao ar livre, relaxamento e recreio. Além disso, proporcionam

habitats importantes para a vida selvagem, incluindo aves e polinizadores, contribuindo para a biodiversidade nas zonas urbanas. Os espaços verdes urbanos também ajudam a reduzir a poluição do ar, da água e sonora e são vitais para enfrentar os desafios das alterações climáticas, atenuando as inundações, as secas e as ondas de calor.

Além disso, os espaços verdes urbanos podem abranger terrenos cobertos de vegetação, independentemente da sua dimensão ou função, e podem também incluir pequenas massas de água, como lagos ou ribeiros, que são frequentemente designados por “espaços azuis”. Estes espaços contribuem tanto para a sustentabilidade ambiental como para o bem-estar humano, o que os torna uma parte essencial de cidades resilientes e saudáveis.

O PAPEL E OS BENEFÍCIOS DOS ESPAÇOS VERDES NAS ZONAS URBANAS

Os espaços verdes urbanos desempenham um papel crucial na melhoria da qualidade de vida nas cidades, tanto para os seres humanos como para os animais não humanos. Estes espaços não só proporcionam valor estético e recreativo, como também oferecem múltiplos benefícios ambientais, sociais, económicos e de saúde. **Mencionaremos aqui brevemente os seus benefícios ambientais, de saúde, sociais e económicos, bem como a forma como contribuem para a sustentabilidade das cidades.**

Benefícios Ambientais

Os espaços verdes urbanos (e também os espaços azuis) contribuem significativamente para a saúde ambiental. Melhoram a qualidade do ar ao absorverem os poluentes, proporcionando um ar mais limpo às populações urbanas. As árvores e os arbustos também reduzem a poluição sonora, devorando o ruído circundante e desviando-o, diminuindo a densidade do som no local, ajudando a criar um ambiente urbano mais tranquilo. Além disso, estas zonas atenuam o efeito de ilha de calor urbana, arrefecendo as áreas circundantes através da transpiração das plantas e da sombra, reduzindo o consumo de energia e os custos de arrefecimento. Desempenham um papel vital na regulação da água, absorvendo a água da chuva, reduzindo o escoamento superficial e minimizando os riscos de inundação. Os espaços verdes também proporcionam habitats para uma vasta gama de espécies vegetais e animais, promovendo a biodiversidade e preservando o equilíbrio ecológico em ambientes urbanos.

TIPOS DE ESPAÇOS VERDES URBANOS



Figura 3. Tipos de Espaços Verdes Urbanos.

Os espaços verdes urbanos são cruciais para a atenuação e adaptação às alterações climáticas. Ao regularem as temperaturas e absorverem os gases com efeito de estufa, ajudam as cidades a tornarem-se mais resistentes aos efeitos de fenómenos meteorológicos extremos, como ondas de calor, chuvas fortes ou inundações. Estas áreas também contribuem para a sustentabilidade, oferecendo soluções baseadas na natureza para os desafios urbanos, melhorando o ambiente urbano e respondendo simultaneamente à procura crescente de ar puro, áreas de lazer e paisagens estéticas.

Benefícios para a Saúde

O acesso a espaços verdes proporciona inúmeros benefícios para a saúde, promovendo o bem-estar físico e mental. Reduzem o stress, melhoram o humor e ajudam a prevenir problemas de saúde como a obesidade, as doenças cardiovasculares e a diabetes, incentivando a atividade física. Os espaços verdes promovem ainda o relaxamento psicológico, proporcionando ambientes tranquilos onde as pessoas podem descontraírem-se e rejuvenescer. Estudos têm demonstrado que as pessoas que vivem perto de espaços verdes têm melhor saúde e bem-estar geral, o que torna estas áreas essenciais para a saúde pública urbana.

Benefícios Sociais

Os espaços verdes urbanos desempenham um papel essencial na coesão social, criando locais de interação, reunião e recreio. Estes espaços fortalecem as comunidades, promovem a inclusão e proporcionam oportunidades de envolvimento social, fomentando um sentimento de pertença entre os residentes. Ao oferecerem áreas onde as pessoas podem socializar e ligar-se a outras, os espaços verdes ajudam a construir uma comunidade forte e solidária, contribuindo para o tecido social global das cidades.

Benefícios Económicos

Os espaços verdes têm também um valor económico significativo. Aumentam o valor das propriedades, tornando as zonas circundantes mais atrativas para potenciais compradores e inquilinos. Por conseguinte, uma distribuição urbana equitativa dos espaços verdes pode reduzir as desigualdades urbanas. Além disso, estes espaços reduzem os custos de energia através do arrefecimento natural e proporcionam oportunidades para a horticultura urbana, o que pode ajudar a reduzir os custos alimentares dos residentes. Os espaços verdes também contribuem para as economias locais, apoiando o turismo e as atividades recreativas, proporcionando uma fonte adicional de rendimento para a comunidade.

Sustentabilidade

A incorporação de espaços verdes urbanos no planeamento urbano desempenha um papel crucial para garantir a sustentabilidade das cidades a longo prazo. Ao integrar os processos naturais nos ambientes urbanos, estes espaços contribuem para a harmonia ecológica, ao mesmo tempo que respondem aos desafios da urbanização. Oferecem soluções para vários problemas urbanos, como a poluição, as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, ajudando as cidades a tornarem-se mais sustentáveis, habitáveis e resilientes.

Os espaços verdes urbanos são essenciais para a saúde, o bem-estar e a sustentabilidade das cidades. Proporcionam múltiplos benefícios, que vão desde a proteção ambiental e a conservação da biodiversidade até à melhoria da qualidade de vida e à promoção da coesão social. Dar prioridade aos espaços verdes no planeamento urbano é crucial para criar cidades que sejam não só mais bonitas e funcionais, mas também mais resistentes aos desafios colocados pela urbanização e pelas alterações climáticas.



Figura 4. Benefícios dos espaços verdes nas zonas urbanas.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS VERDES NA ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA?

O estado do tempo é o estado da atmosfera num determinado espaço e tempo (ensolarado, nublado, chuvoso, etc.), enquanto que o clima é a média dos padrões meteorológicos durante um longo período de tempo. A experiência pessoal dos fenômenos meteorológicos tem impacto nas atitudes das pessoas em relação às alterações climáticas. As pessoas que vivenciam mais frequentemente fenômenos meteorológicos extremos traduzem essa experiência na percepção dos efeitos locais das alterações climáticas globais.

As atividades humanas, principalmente as emissões de gases com efeito de estufa, são inequivocamente responsáveis pelo rápido aumento da temperatura média global. Na última década, 2011-2020, a temperatura média foi 1,1°C superior ao nível pré-industrial. É provável que terminemos esta década com a temperatura média a atingir os 2°C acima do nível pré-industrial.

A Organização Meteorológica Mundial confirmou que 2024 foi o ano mais quente de que há registo, registando uma temperatura média de 1,55°C acima do nível pré-industrial.

A região mediterrânica é reconhecida como um hotspot de alterações climáticas, com um aquecimento cerca de 20% mais rápido do que a média global. Estas alterações ameaçam este hotspot de biodiversidade, que inclui espécies vegetais e animais, exclusivas desta região, bem como as populações humanas, nomeadamente nas zonas costeiras urbanas.

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA



Aumento da seca agrícola e ecológica



Aumento de condições meteorológicas propícias a incêndios



Aumento de inundações compostas



Aumento de precipitação intensa



Recuo dos glaciares



Aumento do nível médio do mar a nível global

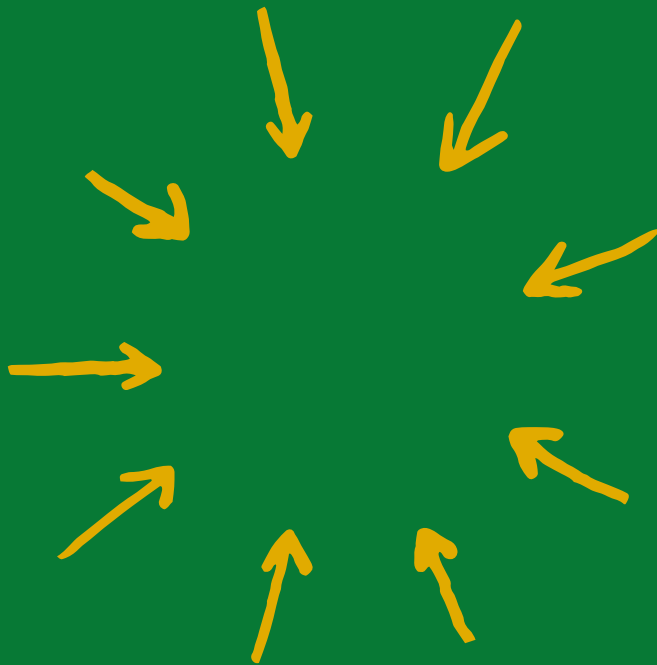


Figura 5. Alterações previstas nas condições físicas do clima.

IMPACTOS NEGATIVOS



Figura 6. Impactos previstos das alterações climáticas.

No entanto, as paisagens variadas, os gradientes ambientais acentuados e a rica história ecológica da região oferecem potencial para estratégias de adaptação e resiliência. As soluções baseadas na natureza, incluindo a recuperação de espaços verdes, a gestão sustentável dos solos e a proteção da biodiversidade, são cruciais para reduzir os impactos e reforçar a capacidade de adaptação dos sistemas humanos e naturais.



Figura 7. Vulnerabilidade climática na região mediterrânica. A amarelo, as características regionais; a laranja, os desafios interligados relacionados com as alterações climáticas.

Uma vez que a maioria da população humana vive em cidades, com um valor previsto de 70% até 2050, é particularmente importante que as cidades possam desenvolver soluções para manter o bem-estar das comunidades. A relação entre o ambiente urbano e as alterações climáticas estabelece-se em duas dimensões interligadas. Por um lado, o ambiente urbano contribui significativamente para as emissões de gases com efeito de estufa, alimentando assim as alterações climáticas. Por outro lado, nas zonas urbanas, os impactos das alterações climáticas podem ser muito graves, uma vez que estas zonas têm frequentemente pouca resiliência e são densamente povoadas, nomeadamente através do aumento da frequência de ondas de calor, inundações e dias com baixa qualidade do ar. A maioria dos materiais urbanos (betão, asfalto, etc.) absorve e retém o calor, aumentando o impacto das alterações climáticas.

Adaptação às alterações climáticas

Definições: **ações** que conduzem a **mudanças** nos comportamentos sociais, infraestruturas e ecossistemas que levam a **minimizar os impactos negativos das alterações climáticas**. Por outras palavras, a cidade faz mudanças para sofrer o menos possível com eventos climáticos extremos.

Exemplo: o aumento das áreas verdes numa cidade, nomeadamente através do aumento do número de árvores, aumentará a sombra dos pavimentos (asfalto, por exemplo), diminuindo o calor retido e a exposição das pessoas à luz solar direta.

Resiliência climática

Definições: é a **capacidade** de um sistema/comunidade de **manter** as suas funções/atividades **apesar dos impactos** das alterações climáticas. Por outras palavras, a cidade continua a funcionar apesar dos fenómenos climáticos extremos. As ações de adaptação climática são essenciais para aumentar a resiliência climática das cidades.

Exemplo (utilizando o mesmo exemplo anterior): apesar das vagas de calor, as pessoas **utilizam normalmente o espaço exterior** com relativo conforto, uma vez que a biodiversidade urbana proporcionará sombra e regulação da temperatura e da humidade.

A infraestrutura verde urbana surge como uma parte fundamental da adaptação climática e da melhoria da resiliência das cidades. A infraestrutura verde pode ser vista como a rede de zonas verdes interligadas (jardins, parques, cinturões verdes e corredores ecológicos) concebida e implementada segundo uma perspectiva de solução baseada na natureza, ou seja, implementando zonas verdes que imitam o funcionamento dos ecossistemas naturais e, por conseguinte, prestam serviços am-

bientais cruciais, tais como: sequestro de carbono, regulação da temperatura, gestão da água/águas pluviais/águas subterrâneas e conservação da biodiversidade.

Um resultado muito importante do desenvolvimento das zonas verdes urbanas são também os impactos positivos a nível social e da saúde, tal como foi abordado no capítulo anterior.



Figura 8. A imagem ilustra dois grandes desafios ambientais urbanos. À esquerda, o efeito de ilha de calor urbano, onde edifícios e superfícies pavimentadas absorvem e irradiam calor, provocando temperaturas significativamente mais elevadas nas áreas urbanas em comparação com as zonas rurais circundantes. À direita, inundações urbanas, resultantes de chuvas intensas e da excessiva impermeabilização do solo, com superfícies de betão e asfalto que limitam a absorção natural da água e aumentam o escoamento superficial, originando acumulação de água e episódios de cheias.

Do lado negativo, a perceção da importância das áreas verdes urbanas no bem-estar das comunidades e nos resultados económicos positivos pode também levar a um processo de gentrificação verde, involuntariamente novas formas de injustiça ambiental e social produzidas pelas iniciativas de ecologização urbana. Há casos de deslocação direta de residentes de longa duração, uma vez que o planeamento e as políticas urbanas definem novas áreas verdes no local de residência de comunidades de baixos rendimentos e racialmente marginalizadas, ou de deslocação indireta por valores de troca de imóveis, muitas vezes aprisionados numa lógica de urbanismo competitivo e de (re)branding da cidade que atrai investidores e, conseqüentemente, aumenta o valor das propriedades.

É importante que o planeamento urbano verde seja integrado nas políticas de habitação, como a habitação social, para garantir direitos iguais a estas infraestruturas e aos seus benefícios. Os processos participativos são também essenciais para promover a sensibilização e a gestão coletiva, proporcionando simultaneamente um acesso equitativo às áreas recreativas, o que é particularmente crucial para as populações urbanas marginalizadas e vulneráveis.

Também é importante lembrar que uma comunidade coesa não só responde mais eficazmente a desafios como as alterações climáticas ou o crescimento rápido, como também desempenha um papel vital na construção de soluções sustentáveis a longo prazo.

ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES ABORDAGENS PARTICIPATIVAS

No que diz respeito à inclusão e participação em projetos de *placemaking*, temos de pensar no impacto que a mudança terá e para quem. Analisar quem são os atuais utilizadores de um espaço ou para quem este é inacessível é o passo mais importante para a inclusão. Por isso, não queremos perturbar uma ordem existente – a menos que o acesso e a utilização estejam a ser deliberadamente negados a alguém – ou tornar inútil um espaço público bem utilizado através de uma intervenção.

Ao determinar a área a ser transformada na cidade, devemos ter em conta que cada área tem as suas próprias características. Algumas zonas da cidade, como as praças, os bairros comerciais centrais, os grandes parques urbanos e as zonas turísticas, são frequentadas por toda a gente. Podem ser reguladas e mantidas com maior frequência pelas autoridades locais. São relativamente mais difíceis de intervir. Por outro lado, os locais fora dessas zonas, a que podemos chamar espaços de vizinhança, são frequentemente utilizados pelas pessoas que aí vivem. Em particular, estas são as áreas que afetam diretamente a resiliência do bairro. É importante que esses espaços à escala do bairro sejam moldados pelo bairro.

Os espaços urbanos não são estáticos, estão sujeitos a mudanças constantes devido a fatores económicos, sociais e demográficos. A história da urbanização mostrou-nos que, em todo o mundo, à medida que a modernidade avança e a urbanização acelera, a soberania das populações sobre o tecido urbano diminui. O valor económico do solo torna-se uma prioridade para os decisores. As partes verdes das cidades podem ser demolidas quando são disponibilizadas para projetos de desenvolvimento. Por conseguinte, manter um espaço em funcionamento pode ser uma tarefa difícil. Mesmo a intervenção no espaço pode ter efeitos adversos não intencionais, como já foi referido, pode agravar as desigualdades existentes ou gerar novas desigualdades. Consequentemente, é necessária uma defesa constante dos espaços públicos, que envolve negociações entre os diferentes atores do espaço partilhado. Isso só é possível através da defesa do direito de uso em conjunto com os moradores da envolvente dos espaços verdes.

Para abordar estas questões, neste capítulo recomendamos algumas diretrizes para aumentar a cooperação entre as diferentes partes interessadas na cidade. Desta forma, podemos criar, recriar e manter espaços verdes públicos. Quando o público reivindica um espaço, é mais difícil para os governos locais suprimi-lo.



O QUE TORNA UMA PRÁTICA DE PLACEMAKING INCLUSIVA E PARTICIPATIVA?

Uma prática de *placemaking* torna-se inclusiva ao envolver, desde o início, os indivíduos que utilizam ou podem potencialmente utilizar um espaço, nos processos de partilha de informação, discussão, tomada de decisão e intervenção. Além disso, garantir o apoio de outras partes interessadas na cidade, em particular os governos locais e as organizações da sociedade civil, é essencial para o sucesso e a sustentabilidade das práticas de *placemaking*.

Friedmann sublinha que “criar lugares é tarefa de todos” e que não existe uma solução única para todos. O autor salienta aqui – com base em exemplos da China, do Japão e do Canadá – que as práticas bem sucedidas de criação de lugares podem demonstrar diferenças contextuais a nível de bairro e a nível nacional. O que todas elas têm em comum, referindo-se à noção de Lefebvre de “produção do espaço” e do espaço ser um “produto social”, é o facto de incorporarem tanto a participação civil como a administrativa. Estas práticas são levadas a cabo por entidades autónomas e independentes, tais como grupos de bairro e iniciativas civis, com o apoio de governos locais ou centrais (especialmente com um apoio financeiro e burocrático significativo). Nas ações de *placemaking*, as organizações da sociedade civil podem servir de “elo de ligação” entre elas e as administrações, em zonas com baixos níveis de participação dos cidadãos. Ou seja, as iniciativas civis podem iniciar e facilitar as relações entre os governos locais e os cidadãos.

Esta secção do manual abordará três dimensões importantes para garantir a participação na prática da criação de um espaço verde. Estas são a acessibilidade e o conforto, a inclusão cultural, e a governação. Embora cada uma das disposições que propomos aqui seja vital para aumentar a participação, cada uma delas pode exigir tempo e recursos financeiros para ser implementada. Por esta razão, a nossa recomendação é que se dê prioridade às necessidades da comunidade com quem se vai praticar as atividades de *placemaking*. Dependendo do tipo de atividade de criação de espaços verdes, uma investigação preliminar do espaço e da comunidade é um bom ponto de partida. Distribuir os restantes regulamentos ao longo de um período de tempo e anunciá-los, ou convencer as pessoas de que estão na sua agenda, pode evitar uma diminuição da participação a curto prazo.

DICAS RÁPIDAS PARA ACESSIBILIDADE E CONFORTO

1. Abertura a todas as espécies, idades, habilidades, mentes e corpos
2. Criar zonas de conforto, como áreas de descanso e zonas de silêncio
3. Garantir acesso sem degraus
4. Instalar elementos táteis, como superfícies texturizadas e plantas sensoriais
5. Usar fontes e símbolos grandes e de alto contraste em diferentes idiomas
6. Oferecer canteiros elevados e jardins acessíveis
7. Envolver diversos usuários no processo de design
8. Evitar cores e sons chamativos e que distraiam, para o conforto de pessoas neuro diversas

Para garantir a acessibilidade ao espaço, devem ser tidas em conta as diferentes idades e capacidades de todos os participantes. Devem ser incluídas características que facilitem o acesso de indivíduos com idades e capacidades físicas diferentes, como idosos, crianças, pessoas com deficiência e grávidas. Estas podem consistir em rampas, áreas para sentar e caminhos acessíveis para apoiar a mobilidade segura. Devem ser tidas em conta comodidades essenciais, como casas de banho, instalações para bebés e acesso a água potável durante o trabalho no local. A sinalização e as indicações visuais devem ser claras e facilmente compreensíveis para todos os leitores e não leitores, de modo a orientar as pessoas na zona.

Nas práticas de criação de espaços verdes, há considerações específicas de acessibilidade e conforto que devem ser tidas em conta. Nas atividades que envolvem trabalho no solo, é particularmente importante garantir alturas de trabalho adequadas e ferramentas apropriadas para pessoas com diferentes capacidades. Por exemplo, os canteiros elevados permitem que as pessoas que utilizam cadeiras de rodas ou que têm dificuldade em se curvar e levantar participem nas atividades de jardinagem. Do mesmo modo, a existência de mesas e assentos a várias alturas é essencial para acomodar adultos, crianças e indivíduos com diferentes capacidades físicas, permitindo-lhes trabalhar e descansar confortavelmente. Além disso, as áreas de trabalho ao ar livre podem apresentar desafios que dificultam o movimento. Quando se trabalha em superfícies de solo, devem ser tomadas medidas para facilitar os diferentes modos de mobilidade e para minimizar os potenciais perigos.

A informação perceptível é vital para a navegação no espaço. As informações devem ser claras e compreensíveis para todos os tipos de leitores/espectadores/

ouvintes. É importante que os textos utilizados no terreno estejam, pelo menos, num número mínimo de línguas do qual ninguém seja excluído. Escrever em todas as línguas, sempre que possível, aumenta a inclusão e a confiança no espaço. Para os adultos e crianças que não sabem ler em nenhuma língua, as instruções áudio ou a sinalização visual podem ser uma boa solução. As ilustrações também ajudam quando não é possível ler em várias línguas. Além disso, tendo em conta que as pessoas com deficiência visual experimentam os espaços verdes principalmente através da audição, do tato e do olfato, as plantas sensoriais que estimulam diferentes sentidos podem enriquecer o tempo passado e tornar o espaço interessante.

No entanto, é necessário o equilíbrio dos inputs sensoriais. Fatores como o ruído, a iluminação e as multídes podem constituir um desafio para os indivíduos neuro diversos. Por conseguinte, as áreas tranquilas com estímulos mínimos podem fazer parte da conceção do espaço. Deve ter-se o cuidado de evitar luzes brilhantes e LEDs coloridos, ou a iluminação existente deve ser adaptada para reduzir a intensidade. Deve ser prevista flexibilidade para acomodar as diversas formas de descanso, concentração e participação dos indivíduos neuro diversos. O “*The Six Feelings Framework*” da American Planning Association para a conceção de espaços deve ser tido em consideração para as pessoas com autismo.

DICAS RÁPIDAS PARA INCLUSÃO CULTURAL

1. Respeitar todas as identidades
2. Limpar a área de visuais e objetos hostis
3. Culturalmente apropriado dentro dos princípios éticos universais
4. Promover a convivência com as diferenças culturais
5. Envolver comunidades de difícil acesso
6. Abertura comunicativa

Enquanto os requisitos de acessibilidade são cumpridos, deve ser dada também prioridade a tornar o espaço culturalmente acolhedor. As pessoas que participam em workshops ou utilizam o espaço regularmente devem sentir-se bem-vindas, seguras e respeitadas, de modo a desenvolverem a sua pertença ao local. Não existe uma solução única para todos no desenho de espaços inclusivos. Os métodos “prescritivos” devem ser evitados quando são tomados como garantidos sem pensamento crítico. A chave para tornar um lugar inclusivo é ouvir genuinamente a comunidade e observar criticamente o espaço. O sucesso em duas dimensões é crucial para tornar um lugar mais acolhedor. A primeira é a

dimensão humana, ou seja, as pessoas envolvidas na criação de um lugar devem respeitar-se mutuamente. A segunda dimensão é o design. Se as estruturas e os objetos utilizados na prática de *placemaking* não parecerem agressivos e forem culturalmente adequados, as pessoas irão sentir-se mais confortáveis.

Um espaço público fala por si através dos elementos que contém, o que significa que é o espelho da diversidade que contém ou pode potencialmente conter. Os espaços públicos não devem refletir apenas os valores e símbolos de grupos numericamente grandes ou politicamente dominantes. A utilização de elementos culturalmente significativos e apropriados no espaço pode atrair e inspirar confiança nas pessoas. De acordo com Zhou, num espaço público, “*todos devem sentir-se bem-vindos, incluídos e não discriminados pelo seu género, idade, sexualidade, raça, etnia, religião, origem cultural, estatuto socioeconómico e/ou valores pessoais*”. A utilização de bandeiras nacionais, símbolos religiosos, palavras e imagens discriminatórias em relação ao género são itens ofensivos. As bandeiras nacionais, os símbolos religiosos, as obras artísticas referentes a acontecimentos históricos, as palavras ou imagens que reproduzem papéis de género podem, sem saber, criar associações hostis. Ao mesmo tempo, os elementos básicos de desenho do espaço podem fazer com que os participantes se sintam desconfortáveis. Pensar na sociedade como um grupo monolítico e homogéneo pode levar a estas conceções hostis em geral.

A sensibilidade cultural desempenha um papel fundamental na compreensão e no respeito pelas diferentes identidades, tradições e modos de vida. É essencial para a harmonia intercomunitária e para o sentimento de pertença dos indivíduos. No entanto, há que encontrar um equilíbrio delicado quando esta sensibilidade entra em conflito com princípios éticos universais como os direitos humanos, a igualdade, a não-violência e a não-discriminação. Nenhuma prática ou crença cultural pode ser utilizada como justificação para ações que atentem contra a dignidade humana básica, prejudiquem os indivíduos ou violem os seus direitos fundamentais. Por conseguinte, é essencial aceitar as diferenças culturais e, ao mesmo tempo, defender os valores éticos fundamentais e os direitos de todos os seres humanos. Este equilíbrio pode ser alcançado através de um diálogo aberto, da aprendizagem mútua e de valores humanos comuns entre diferentes culturas, preservando assim as identidades locais e criando uma base para a interação baseada na justiça e no respeito a nível global.

Nas cidades existem barreiras sistémicas ao acesso a determinados locais. Quando utilizamos a expressão “populações difíceis de alcançar”, referimo-nos a grupos de pessoas cuja participação nas atividades e serviços urbanos é estruturalmente limitada. O envolvimento com as populações difíceis de alcançar exige a superação de uma série de barreiras. A nossa vida social e as nossas atividades económicas podem afetar negativamente o nosso envolvimento na

comunidade. Por isso, primeiramente, temos de nos certificar de que a população que queremos alcançar está ciente do projeto de *placemaking* em curso. Deve ser informada de forma transparente sobre a intervenção numa linguagem acessível, de preferência na sua língua materna, sem jargão técnico. Além disso, ao fornecer informações, o fenómeno da exclusão digital deve ser tido em conta, uma vez que nem todos têm acesso à Internet ou à tecnologia.

Outro grande obstáculo encontrado no processo de participação é o facto de os indivíduos terem condições desiguais em termos do tempo e dos recursos financeiros que podem afetar ao projeto. Devido a horários de trabalho muito ocupados, responsabilidades familiares, custos de transporte ou orçamentos limitados, pode não ser possível para muitas pessoas participarem nas tradicionais reuniões de envolvimento ou em atividades de voluntariado a longo prazo. Isto cria o risco de o projeto apenas refletir as vozes de um determinado segmento da população. Para ultrapassar esta barreira, deve ser adotada a máxima flexibilidade nas práticas de criação de lugares, reconhecendo que a participação não se limita à presença física. Todos os tipos de contributos devem ser valorizados e encorajados, como a participação em pequenos inquéritos para dar opiniões, o fornecimento de feedback através de plataformas digitais, a partilha de conhecimentos e experiências locais, o apoio a eventos de pequena escala ou simplesmente a apropriação do espaço utilizando os resultados do projeto. Diversificar os canais de participação e valorizar os diferentes níveis de envolvimento garantirá que o projeto seja muito mais inclusivo, responda a diversas necessidades e reflita verdadeiramente a comunidade. Valorizar até o mais pequeno apoio dos participantes ajudará a garantir que o espaço seja apropriado, sustentado e defendido pelas mesmas pessoas.

DICAS RÁPIDAS PARA GOVERNAÇÃO COLABORATIVA

1. Autogovernança comunitária
2. Apoio, mas com envolvimento limitado, de outras partes interessadas
3. Especialistas em comunidade
4. Tomada de decisão igualitária, responsabilidade justa
5. Governança transparente

A autogovernança comunitária na criação de espaços verdes realça o direito natural e a capacidade da população local de moldar e gerir os seus próprios espaços de convivência. Foi assim que Henri Lefebvre concebeu o direito à cidade. A sua abordagem vai para além da simples utilização e acesso aos espaços urbanos e promove a tomada de decisões por parte dos membros da comunidade que irão

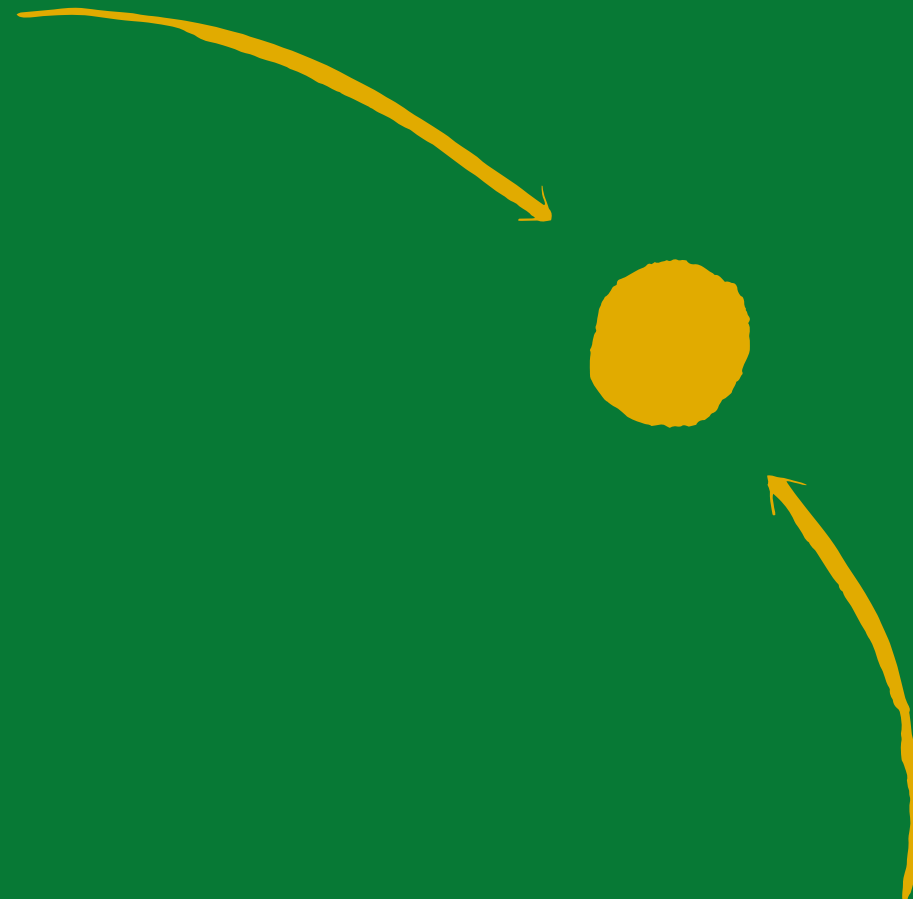
utilizar e sustentar diretamente o espaço, em vez de autoridades centralizadas. Ao permitir que a comunidade defina as suas próprias prioridades, faça a gestão dos recursos e tome a iniciativa em todas as fases do projeto, os espaços verdes criados refletem as verdadeiras necessidades e aspirações da comunidade, promovendo um forte sentido de propriedade. Esta é uma pedra angular da governação colaborativa, uma vez que a colaboração mais profunda ocorre quando a autoridade é transferida para o nível local.

Embora os esforços de criação de espaços verdes com base na comunidade sejam muito valiosos, requerem frequentemente apoio externo. As organizações da sociedade civil e os governos locais podem fornecer assistência crítica, como recursos financeiros, conhecimentos técnicos, aconselhamento jurídico, apoio logístico e oportunidades de trabalho em rede. A colaboração com estas entidades traz a capacidade adicional necessária para transformar a visão da comunidade em realidade. É crucial, no entanto, que este apoio seja integrado de forma a reforçar e facilitar os processos de autogovernança da comunidade, em vez de impor soluções de cima para baixo. Esta procura de apoio multifacetado reflete o princípio da governação colaborativa, em que diversos atores se juntam para trabalhar para um objetivo comum.

Todas as comunidades albergam um conjunto rico de “conhecimentos especializados” provenientes dos conhecimentos, competências e experiências únicas dos seus membros. Anciãos conhecedores da ecologia local, artesãos especializados em técnicas de construção tradicionais, organizadores comunitários experientes e voluntários apaixonados em áreas específicas estão entre estes peritos de valor inestimável. Identificar estes indivíduos e convidá-los pessoalmente para o processo, fazendo com que se sintam valorizados, melhora tanto a qualidade do projeto como a sua ligação à comunidade. Esta abordagem representa um entendimento colaborativo que reconhece os conhecimentos especializados não só entre os profissionais externos, mas também, e muitas vezes mais profundamente, entre os utilizadores e residentes do próprio local.

Um princípio fundamental da governação em colaboração é que as decisões relacionadas com o projeto devem ser tomadas da forma mais equitativa possível entre todas as partes interessadas. A voz de todos deve ser ouvida, as suas opiniões consideradas e deve procurar-se um consenso comum. No entanto, este processo de tomada de decisão equitativa também requer uma distribuição justa das responsabilidades. As tarefas relacionadas com a execução, manutenção e sustentabilidade do projeto devem ser partilhadas entre os participantes de forma equilibrada, de acordo com as suas capacidades, interesses e funções no âmbito do projeto. Este equilíbrio assegura a sustentabilidade da colaboração e a eficácia da participação.

A cogovernança significa que as partes interessadas partilham a responsabilidade e a autoridade comuns não apenas durante fases específicas, mas ao longo de todas as etapas do processo de criação de espaços verdes – desde a avaliação inicial das necessidades e o planeamento até à implementação, manutenção, programação e avaliação. É um processo dinâmico em que a comunidade, as autoridades locais, as organizações civis e outras partes interessadas relevantes se mantêm em comunicação contínua, partilham informações e tomam decisões em conjunto. A cogovernança em todas as fases garante que o projeto se mantém dinâmico, se adapta às necessidades em mudança e alcança sucesso a longo prazo. Este modelo de colaboração inclusivo e contínuo permite que os espaços verdes se tornem não apenas ambientes físicos, mas exemplos vivos de interação social e governação em ação.



METODOLOGIA E GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO

O desenvolvimento de uma metodologia para uma intervenção participativa e orientada para a comunidade num espaço público verde requer a consideração de várias etapas e aspetos, desde a identificação do contexto e a seleção do espaço a intervir; a abordagem, o envolvimento e o trabalho com as comunidades locais e migrantes; a conceção da intervenção e a intervenção no espaço.

AS PRINCIPAIS FASES DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO



Figura 9. As 4 fases principais do processo de implementação.

FASE 1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONTEXTO E SELEÇÃO DO LOCAL DE INTERVENÇÃO

O primeiro passo neste caminho metodológico é a **identificação do contexto socioeconómico** que se pretende abordar com a futura intervenção. Por outras palavras, será necessário definir o motivo da intervenção e quais os problemas concretos das comunidades que se pretende resolver, quer em termos de preocupações ambientais, quer em termos de resolução de problemas sociais e de criação de espaços públicos seguros e confortáveis para a comunidade. Para isso, haverá duas vias possíveis. Uma delas é o que podemos chamar de **abordagem “top-down”**, em que se tem os desafios da comunidade definidos e é necessário um local que, com uma intervenção adequada, possa responder às problemáticas do contexto. Outra forma é uma abordagem mais **“bottom-up”**, em que já se identificou um local a necessitar de intervenção - ou com potencial para beneficiar a comunidade - e é preciso perceber o que é que esse espaço pode resolver para a comunidade. Ao iniciar um projeto de intervenção, é necessário avaliar qual das abordagens é melhor para o contexto de intervenção, considerando não só os prós e contras de cada método, mas também a realidade do seu contexto.

Seja qual for o caminho que se decida – ou precise – seguir, será necessário ter um conhecimento alargado da região em que se está a atuar e **identificar e escolher o local adequado para intervir**. Conhecer as várias possibilidades de espaços verdes que possam estar **abandonados, subutilizados, a necessitar de intervenção ou que possam beneficiar a comunidade**, e que tenham potencial em termos de **proximidade a outros locais relevantes**, como bairros, escolas ou serviços, e que possam também tornar-se um **local seguro para reunir comunidades**, incluindo grupos vulneráveis.

Será também necessário um conhecimento alargado da região para **identificar e analisar os principais stakeholders¹ na comunidade**. Para ajudar a identificar todas estas partes interessadas, tente **mapeá-las** numa tabela, por exemplo, apontando a sua provável relevância para o projeto, e depois contacte-as e fale com elas, para obter uma melhor **compreensão das possibilidades e dos desafios**.

Tendo isto em mente, a preocupação seguinte é a **propriedade do espaço verde**. Quer seja público, quer seja privado ou gerido por particulares, só se pode fazer algo num espaço com o devido consentimento do seu proprietário ou gestor. Para isso, é **necessário estabelecer contactos e reuniões** com as autoridades locais e os proprietários (quando privados) e responsáveis pela manutenção do espaço. O principal objetivo destas reuniões é não só obter autorização para intervir no espaço, mas também ter os responsáveis pelo espaço **a bordo do projeto** e alinhados com os objetivos do mesmo, para que seja possível garantir que a ideia por detrás da intervenção perdure, o espaço verde seja mantido e possa persistir de forma sustentável para além da fase de intervenção.

PRINCIPAIS ETAPAS DA FASE 1

1. Identificar o contexto socioeconómico da intervenção
– compreender possibilidades e desafios
2. Identificar espaços verdes abandonados/não utilizados, subutilizados ou com potencial que possam beneficiar a comunidade
3. Avaliar as características do local (proximidade, segurança, acessibilidade)
4. Identificar e contactar as entidades responsáveis pelo espaço verde
5. Identificar e abordar outros stakeholders chave

1. Para clarificar os conceitos, designaremos por **stakeholders** as entidades, grupos ou indivíduos das comunidades locais, que têm interesse no local de implantação e/ou são afetados pelo projeto; e por **participantes** as partes interessadas específicas que participaram diretamente nas atividades do projeto.

FASE 2 — ENVOLVER A(S) COMUNIDADE(S)

O passo seguinte é talvez o mais importante e complexo de todo o processo. Pretende-se que a intervenção no espaço verde seja **participativa e orientada para a comunidade**, e que o espaço se torne um polo de **coesão social e de resiliência e sustentabilidade ambiental**. E, para isso, será necessário envolver as comunidades locais e fazer com que também elas participem no projeto.

Conseguir o envolvimento das pessoas nas várias fases da intervenção pode ser difícil, sobretudo tendo em conta o objetivo de atingir grupos diferentes e diversificados, como os habitantes locais, jovens, idosos e migrantes. Deve-se começar por conceber e **definir estratégias de comunicação** dirigidas a estes diferentes públicos, criando um **plano de comunicação adaptado a cada parte interessada** e tendo em conta que o que funciona melhor para alguns grupos pode não funcionar para outros.

Outra forma de envolver estes vários grupos e de os fazer participar é voltar a contactar **todos os stakeholders possíveis e relevantes**, desde os decisores institucionais já abordados na fase anterior, até aos que podem apoiar o envolvimento das comunidades e apoiar a intervenção, como as associações de moradores, as escolas locais, os lares de idosos, as ONG que trabalham especificamente com pessoas em contextos de exclusão, e outras entidades relevantes que possam estar próximas. Comece por reunir com cada uma delas e **estabeleça parcerias** onde será definido como cada uma pode contribuir para o processo.

Depois de tudo isto estar resolvido, é também importante começar a **chamar a atenção para o espaço e a consciencializar sobre o mesmo**. Isto pode ser feito de várias formas, desde a criação de folhetos e cartazes para ajudar a espalhar a mensagem, indo de porta em porta na vizinhança em redor do local, até abordagens mais criativas, como colocar instalações temporárias no local ou organizar atividades pop-up com grupos aí presentes. Isto irá atrair a **curiosidade** para o que pode estar a acontecer e ajudará a envolver ainda mais pessoas, sobretudo se o local estiver habitualmente subutilizado ou a precisar de intervenção.

PRINCIPAIS ETAPAS DA FASE 2

1. Definir estratégias de comunicação para diferentes públicos / grupos, incluindo grupos vulneráveis
2. Estabelecer as parcerias necessárias para o envolvimento comunitário
3. Sensibilizar para o espaço verde com métodos de comunicação eficazes
4. Envolver cada stakeholder e grupo participante relevante com métodos / atividades específicos para cada público-alvo

Decidir quais as atividades a realizar, e se são atividades conjuntas ou separadas (ou ambas) com estes diferentes grupos, durante as várias fases do processo, tem de ser **tratado com cuidado e sensibilidade**, e apesar de um dos objetivos finais ser promover a coesão social, não podemos forçá-la nem fingi-la, por isso, as idiossincrasias de cada um destes grupos têm de ser **respeitadas, abordadas e tidas em conta** durante todo o processo.

Os aspetos mais importantes a ter em conta durante esta fase são não só a colaboração destes grupos de alguma forma, mas principalmente que **se sintam integrados, ouvidos e parte dos processos de decisão e intervenção**, para que se sintam também responsáveis pelo espaço verde e que **este faça parte da sua comunidade**.

FASE 3 — REPARAÇÃO DA INTERVENÇÃO: EXPLORAR E REFLETIR EM CONJUNTO

Embora se possa considerar que a preparação da intervenção já faz parte da própria intervenção, pensamos que é importante destacar esta fase do processo pela sua relevância para o processo no seu todo.

O principal objetivo desta fase é fazer com que os participantes **pensem e reflitam** sobre o espaço e o local da intervenção e com que comecem a apresentar **possíveis propostas de intervenção**. É possível fazê-lo de várias formas que se podem complementar. É possível começar com **inquéritos** aos utilizadores do espaço, às pessoas que vivem nos bairros circundantes e a outros habitantes da povoação onde o espaço está localizado. Estes inquéritos devem incluir perguntas sobre a **perceção que** as pessoas têm do espaço, os sentimentos que têm sobre ele, o que **pensam que se pode fazer nele** e o que **pensam que poderia ser melhorado**. A ideia é que os inquéritos possam ser um **ponto de partida** para a avaliação do espaço e permitir uma **visão mais alargada e uma perceção** do que a comunidade pensa sobre o mesmo. Uma versão do questionário que utilizámos neste projeto pode ser encontrada na **secção de anexos** deste manual.

Para além dos inquéritos, é fundamental **trazer a comunidade para o espaço e explorá-lo** com ela. Fazer com que conheçam melhor o espaço, experimentando-o e sentindo-o, para o poderem viver e, em última análise, estarem em melhor posição para o avaliar. Esta exploração pode ser feita de uma **forma mais lúdica**, organizando, no local e com a comunidade, atividades como piqueniques, desportos, encontros, mini feiras ou eventos culturais. No entanto, e para que não se perca o foco, é importante complementar estas atividades com uma abordagem mais direcionada para os objetivos pretendidos da exploração espacial, fazendo com que os participantes nestas atividades contribuam para a

reflexão necessária sobre o espaço. Isto pode ser conseguido através de **métodos de exploração espacial** específicos e planeados.

Existem vários métodos úteis de *placemaking* disponíveis², mas também métodos para promover a coexistência e a coesão social³, que permitem insights dos participantes, que os tornam conscientes de que existem num espaço específico como cidadãos, que são utilizadores desse espaço e, portanto, que **têm uma palavra a dizer no seu planeamento**. É possível utilizar estes diferentes métodos como ferramentas nesta fase de exploração, combinando-os entre si e com outras atividades. No entanto, alguns destes métodos acabam por funcionar melhor com alguns públicos do que com outros, e a intenção deste projeto é chegar transversalmente a um **público mais vasto**, tanto jovem como idoso, tanto local como migrante, o que exige uma **abordagem mais acessível, interativa e lúdica**.

Para isso, o projeto SPACES inspirou-se nos métodos acima mencionados e também nas teorias da gamificação e das interfaces de utilizador agradáveis para desenvolver um **Jogo para a Exploração de Espaços Verdes**⁴. Este jogo de cartas tenta abordar 9 dimensões relacionadas com os lugares, e especificamente com os espaços verdes: **Acesso e Acessibilidade; Usos e Apropriação; Diversidade e Inclusão; Manutenção; Segurança e Conforto; Conceção e Estética; Comunidade; Sensações e Sentimentos; e Biodiversidade**, através de 19 cartas numeradas com **perguntas ou desafios** que os participantes devem completar enquanto exploram os espaços verdes. O objetivo final do jogo é, após completar todos os desafios, fazer com que os participantes **discutam em grupo as respostas** aos mesmos e **reflitam sobre o espaço verde** em que se encontram, os seus aspetos positivos e negativos e, sobretudo, **o seu potencial**.

PRINCIPAIS ETAPAS DA FASE 3

1. Incentivar a reflexão sobre o espaço verde e a sua relevância para a comunidade
2. Facilitar a exploração in loco com as comunidades – combinar atividades lúdicas com métodos/jogos de exploração do espaço
3. Coletar insights: inquéritos e discussões organizadas em grupo
4. Analisar e sintetizar os dados coletados
5. Identificar lista de possíveis ações / intervenções

² O Place Performance Evaluation do Project for Public Spaces, o Spaceshaper do CABE Space e o Urban Walks do Exchange for Equal Public Spaces Project são bons exemplos de métodos de placemaking que podem ser utilizados.

³ Por exemplo, o projeto Play 2 Gather.

⁴ O jogo de cartas completo está disponível em: <https://marca-adl.pt/> and <https://www.kirkayak.org>

Tendo todas estas opções para explorar o espaço, a ideia será **combinar estas diferentes atividades e métodos** e realizar o maior número de sessões possível, com diferentes grupos ou diferentes combinações de grupos e em diferentes períodos do dia, para que seja possível **recolher percepções e reflexões mais ricas e amplas**.

Após a realização de todas estas etapas, espera-se ter uma boa quantidade de informações e dados sobre os sentimentos, as esperanças e as sugestões da comunidade sobre o local da intervenção. Será então necessário **compilar e processar** estes dados e preparar uma **lista das possíveis ações e intervenções** que resultaram dos dados recolhidos.

FASE 4 – DESENHO E INTERVENÇÃO NO ESPAÇO COM A(S) COMUNIDADE(S)

Na fase seguinte e final, será necessário partilhar e **devolver a lista de possibilidades em termos de ações e de intervenções** a todos os intervenientes e participantes envolvidos, para que a intervenção possa finalmente ser concebida e concretizada.

Para isso, é necessário voltar a **reunir com todos os intervenientes**. Em todas as reuniões desta fase, há algo que deve ser abordado e tratado de imediato, que é a **gestão das expectativas**, não só em termos orçamentais, mas também em termos de regulamentos legais e de limitações físicas do próprio espaço verde. Até esta fase, todos foram encorajados a explorar e refletir livremente sobre as possibilidades e o potencial dos espaços, mas essas expectativas terão agora de ser **enquadradas** na realidade de que o orçamento é finito e, na maioria das vezes, muito limitado. Além disso, algumas ideias podem ser difíceis de executar devido a regulamentos específicos sobre espaços públicos e questões de segurança, ou ao local físico não as poder suportar. Por estas razões, as soluções que podem ser encontradas para a intervenção estarão sempre ligadas à capacidade de soluções criativas que permitirão **fazer mais com menos**.

A **primeira reunião informativa** do conjunto de reuniões a realizar nesta fase deve ser com os **proprietários e gestores** do espaço. Para não só os informar sobre como a população se sente e o que gostaria de fazer no local, mas também para garantir que concordam com as ideias possíveis e estão alinhados com o resto dos participantes. Se não concordarem, é preciso estar preparado para **negociar onde se pode chegar a um compromisso** sem perder o objetivo inicial da intervenção e mantê-la enquadrada.

De seguida, deve-se **reunir com os vários participantes** em várias sessões (tantas quantas as necessárias) para conceber a intervenção com base em toda a informação recolhida e nas limitações orçamentais. Este processo deve ser liderado pela comunidade com o apoio da equipa do projeto apenas para os orientar e **manter o foco nos objetivos da intervenção**.

Quando a intervenção estiver finalmente concebida, é altura de **planear o orçamento final e de o validar** com os principais interessados e todos os participantes. Em seguida, deve-se **fazer uma lista** e adquirir o que será necessário em termos de materiais e equipamentos e organizar as atividades para a intervenção propriamente dita.

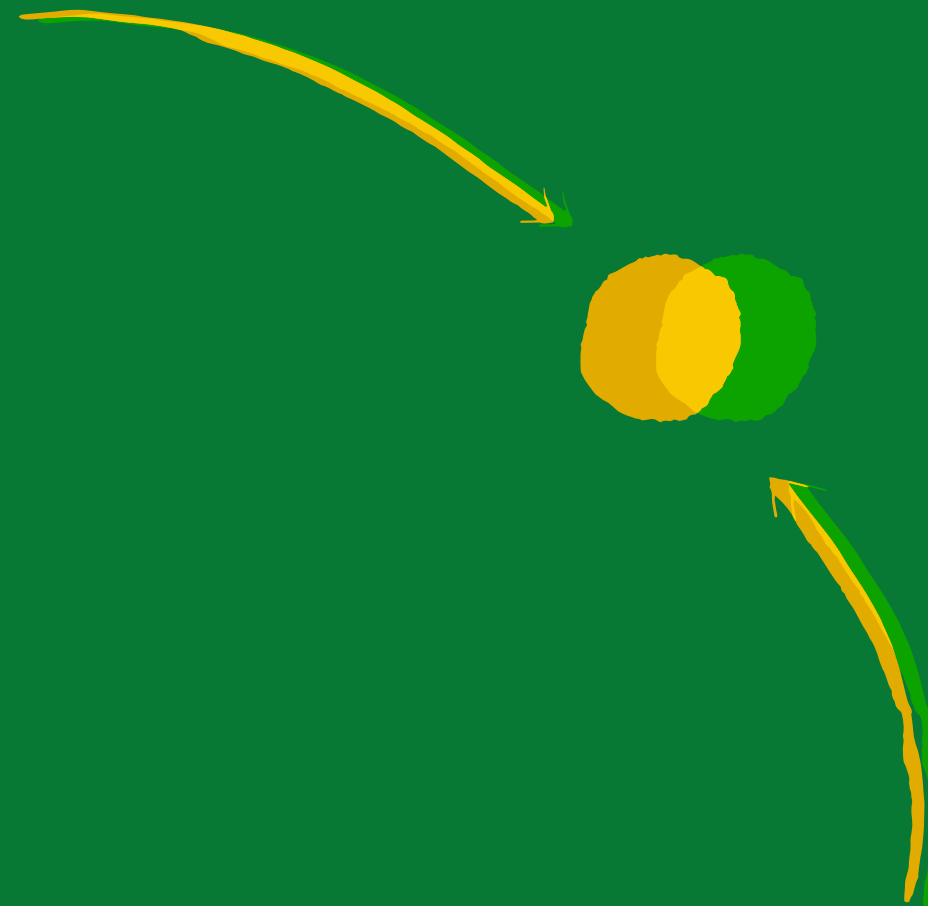
Agora será a melhor altura para juntar, tanto quanto possível, os diferentes grupos da comunidade e distribuir os vários papéis e responsabilidades pela intervenção e pô-los a **trabalhar em conjunto**. Além disso, dependendo do âmbito da intervenção e dos calendários de disponibilidade dos diferentes grupos de participantes da comunidade, deve ser decidido se é possível realizá-la de uma só vez ou dividi-la em várias atividades de intervenção.

No final da intervenção, devem ser realizados no local intervencionado eventos que possam **reunir toda a comunidade** e celebrar o que foi alcançado. Mais uma vez, estes eventos devem ser decididos e organizados pelos participantes da comunidade, como foi dito anteriormente, para que se sintam integrados, ouvidos e parte de todo o processo e, acima de tudo, para que o próprio espaço seja sentido como parte da **sua comunidade e do seu quotidiano**.

PRINCIPAIS ETAPAS DA FASE 4

1. Compartilhar resultados e lista de possíveis ações com stakeholders e todos os outros participantes
2. Cocriar a intervenção, gerir expectativas sobre o espaço e limitações legais
3. Planear o orçamento e validá-lo com os stakeholders e todos os outros participantes
4. Co-organizar a implementação e a intervenção no espaço
5. Organizar eventos comunitários no local

Uma grelha metodológica resumida, com as várias fases, os seus principais objetivos, passos e atividades, e possíveis ferramentas e métodos, pode ser encontrada na **secção de anexos** deste manual.



A NOSSA EXPERIÊNCIA

Tanto para a Kirkayak Kültür como para a Marca-ADL, a experiência que adquirimos através da nossa colaboração no programa THE:PLACE revelou o poder e o potencial transformador das práticas de *placemaking* baseadas na comunidade. Cada uma das nossas organizações teve a oportunidade de colaborar e aprender com a outra no desenvolvimento da metodologia de intervenção, e também a oportunidade de intervir, juntamente com as nossas respectivas comunidades locais, em dois espaços verdes com o objetivo de abordar a resiliência climática e promover a coesão social.

Durante a fase de preparação do projeto, o Kirkayak Kültür e a Marca-ADL realizaram reuniões com organizações da sociedade civil, governos locais e serviços técnicos municipais que trabalham em questões relacionadas, tanto a nível local como nacional. Estas reuniões contribuíram para o desenvolvimento do projeto a ser implementado.

UMA ESTUFA PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS KIRKAYAK KÜLTÜR, GAZIANTEP, TURQUIA

Gaziantep está situada na zona de transição dos climas mediterrânico e continental. Os diferentes efeitos deste clima podem ser observados em diferentes partes da região. A cidade é um local de intensos processos de urbanização e crescimento na Turquia. Conhecida pela sua industrialização, a cidade atrai a migração da região e das zonas rurais e, nos últimos 10 anos, como cidade fronteiriça, acolheu cerca de 400.000 refugiados. Tanto o rápido crescimento populacional como a urbanização em resposta a este crescimento populacional continuam a ter um impacto negativo na cidade. Além disso, os potenciais impactos das alterações climáticas globais na bacia do Mediterrâneo já começaram a afetar a cidade e estão a ser desenhados cenários mais negativos para a cidade no futuro. Por último, o terramoto de 6 de fevereiro de 2023 teve um impacto catastrófico na cidade e na sua região. A destrutividade do sismo não se limitou ao momento da sua ocorrência, mas continua a afetar o ar da cidade, a biodiversidade e as zonas agrícolas circundantes. À luz de toda esta informação, surgiu a ideia de criar um jardim urbano-comunitário em Gaziantep. De várias formas, o jardim poderia satisfazer necessidades muito diferentes. Como espaço educativo, poderia tanto gerar conhecimentos sobre práticas de produção agrícola sustentáveis em paz com outras espécies, como ter o potencial de despertar novas reflexões sobre segurança alimentar. Além disso, o jardim poderia também contribuir como área de arrefecimento e relaxamento para o efeito do calor crescente da cidade nos

meses de primavera e verão dos últimos anos e poderia ser um local de sensibilização para as alterações climáticas. Por último, mas não menos importante, o jardim e o trabalho no jardim podem ter o potencial de ser uma ferramenta, um local e uma oportunidade para os diferentes grupos culturais e étnicos da cidade produzirem e socializarem em conjunto.

Para o efeito, a Kirkayak Kültür estabeleceu uma parceria com o Município Metropolitano de Gaziantep. Realizou-se uma série de reuniões com os funcionários responsáveis do município para apresentar o projeto e identificar potenciais locais de implementação no centro da cidade. O Jardim Botânico de Gaziantep, localizado no centro da cidade, foi selecionado como local do projeto devido à sua acessibilidade para todos, bem como à segurança e sustentabilidade que poderia oferecer para a implementação. O Jardim Botânico de Gaziantep foi criado em 2009 numa área de 17.000m². O seu principal objetivo é criar e desenvolver uma coleção viva de árvores, arbustos e plantas herbáceas da flora do mundo, da Turquia e de Gaziantep. O jardim botânico foi concebido como um centro educativo, oferecendo programas para estudantes do ensino básico, médio e superior. É também um dos locais mais frequentemente visitados em Gaziantep, tanto por habitantes locais como por turistas. Por todas estas razões, a visibilidade do nosso projeto aumentou significativamente, despertando a curiosidade e o interesse do público.

Após a seleção do local de implementação, foram trocadas ideias com os representantes municipais sobre o tipo de intervenção que poderia ser realizada. Tendo em conta o pedido do município para instalar uma estufa e o potencial para uma aplicação duradoura e durante todo o ano, foi decidido em conjunto que a instalação de uma estufa seria a opção mais eficaz para o projeto.

Foi construída uma estufa numa área de 30m² ao lado da “Horta”, que era originalmente utilizada para armazenar mudas no Jardim Botânico – uma coincidência significativa, uma vez que este nome também está relacionado com o programa de cozinha da Kirkayak Kültür. O objetivo era cultivar plantas na estufa e, quando atingissem a fase de plântula, transferi-las para a área da horta para crescerem mais.

Depois de concluídos os preparativos do espaço, o Município Metropolitano de Gaziantep e a Kirkayak Kültür decidiram implementar um módulo de formação estruturado, a par dos objetivos de coesão social do projeto. O objetivo era garantir que os participantes pudessem aplicar o que aprenderam para além do âmbito do projeto da estufa.

Na sequência de um convite aberto, realizou-se a primeira reunião com os participantes voluntários. Os convites à apresentação de propostas da Kirkayak



Kültür também atraíam habitualmente participantes sírios, mas pensa-se que os recentes acontecimentos na Síria na altura afetaram as taxas de participação, pelo que não houve voluntários sírios envolvidos neste projeto específico.

Na reunião, estiveram presentes pessoas de diversas origens, incluindo várias profissões, reformados e estudantes. As metas e os objetivos do projeto, bem como as atividades planeadas, foram partilhados com os participantes. Foram apresentados os módulos de formação oferecidos pelo Município Metropolitano de Gaziantep e os participantes decidiram avançar com o módulo “Plantas Medicinais e Aromáticas”. O grupo acordou coletivamente os dias e horários para a implementação. Os participantes partilharam as razões que os levaram a aderir ao projeto, as suas expectativas e ideias sobre como o projeto poderia ser melhorado. Também solicitaram visitas técnicas para ver as atividades relacionadas com o município e os locais de produção. Para facilitar a comunicação e os anúncios, foi criado um grupo de WhatsApp, incluindo a Kirkayak Kültür, representantes do Município Metropolitano de Gaziantep e participantes no projeto. Este canal de comunicação é utilizado não só para anúncios, partilha de informações e atividades relacionadas com os espaços verdes, mas também se tornou um espaço onde os membros do grupo partilham anúncios de emprego relevantes para as suas áreas e anúncios sobre eventos culturais e artísticos na cidade.

Os participantes foram apresentados às plantas locais e às variedades sazonais adequadas ao módulo escolhido e à época do ano, e decidiram quais as que iriam plantar. Além disso, alguns participantes trouxeram sementes que já possuíam para contribuir para a plantação.

Os participantes estiveram ativamente envolvidos em todo o processo, desde a plantação das sementes até à colheita dos produtos. De forma colaborativa, implementaram soluções amigas do ambiente para problemas que surgiram durante a fase de implementação (tais como inundações na estufa e infestações de formigas) e fizeram parte dos processos de tomada de decisão. Os voluntários também assumiram responsabilidades como regar as sementes na estufa e partilhar atualizações sobre o seu estado com os outros participantes.

Ao longo de todo o processo do projeto e depois dele, os participantes estabeleceram uma colaboração coletiva no âmbito dos nossos objetivos de coesão social com pessoas que nunca tinham conhecido antes e que provinham de origens e experiências diversas. Da mesma forma, desenvolveram um sentimento de pertença ao Jardim Botânico do Município Metropolitano de Gaziantep, tornando-o parte das suas vidas quotidianas. De tal forma que, mesmo após o fim do projeto, tanto o município como os participantes manifestaram o desejo de continuar a participar nas atividades realizadas pela Kirkayak Kültür e de assegurar a sustentabilidade do projeto.

Foi também estabelecido um ambiente de trabalho harmonioso entre a Kirkayak Kültür e o Município Metropolitano de Gaziantep, com a participação conjunta nos processos de tomada de decisão, uma estrutura de apoio mútuo às atividades de cada um e o planeamento de potenciais colaborações futuras.

NOVAS ÁREAS COMUNS EM JARDIM PÚBLICO MARCA-ADL, MONTEMOR-O-NOVO, PORTUGAL

No caso da Marca-ADL, partimos da identificação prévia de um espaço verde público em Montemor-o-Novo, o jardim da Quinta da Nora, que se encontrava subaproveitado e a necessitar de melhor manutenção. Este espaço tinha também potencial para beneficiar as comunidades locais, estando localizado perto das escolas locais e com um bairro a crescer à sua volta.

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo é a entidade responsável por este espaço verde, tendo a Junta de Freguesia local a seu cargo a sua manutenção. Ambas as autoridades locais estiveram muito envolvidas desde o início com a ideia do projeto, reconhecendo que o espaço verde necessitava de reabilitação, e mostraram total cooperação não só para aprovar e colaborar com o projeto, mas também para investir na recuperação de estruturas do jardim no futuro, como os seus trilhos e caminhos.

Após a luz verde das autoridades locais, iniciámos o processo para tentar envolver as comunidades locais no projeto e compreender os seus sentimentos em relação ao jardim e as suas ideias sobre o que poderia ser feito com ele. Contactámos as escolas próximas, outras ONG que trabalham com crianças em contextos de exclusão e a associação de moradores do bairro próximo do espaço verde. Tendo dificuldade em obter uma resposta desta última entidade, decidimos obter a participação e opiniões dos moradores através de inquéritos sobre o jardim, aplicados de porta em porta e a pessoas que passavam pelo jardim. Com as outras entidades começámos, ao mesmo tempo, a sensibilizar para o jardim, colocando temporariamente fitas coloridas em diferentes estruturas do jardim, organizando piqueniques e jogos desportivos no local, e espalhando cartazes com perguntas como “O que está a acontecer no Jardim da Quinta da Nora?”. Posteriormente, começámos a combinar estas atividades com atividades próprias de exploração do espaço, como o jogo de cartas desenvolvido durante o projeto, para também obtermos conhecimentos sobre o espaço verde por parte dos grupos de participantes.



Com toda a informação recolhida nos inquéritos e nas discussões de grupo das atividades de exploração, foi-nos possível apresentar e discutir possibilidades de intervenções e atividades no jardim, à Câmara Municipal e também aos participantes, de modo a materializar o que seria realmente feito.

Tendo também feedback do Município sobre o que é permitido em termos de regulamentação pública, realizámos várias sessões com os participantes, e estes determinaram que nos concentraríamos em duas áreas do jardim: 1). caiar o antigo tanque, poço e nora; 2). plantar trepadeiras para criar mais sombra e acrescentar mesas de piquenique mais convidativas numa estrutura inacabada já existente no jardim. Uma vez que as trepadeiras vão demorar algum tempo a crescer e a dar a sombra extra pretendida, foi também decidido colocar entretanto uma estrutura de sombra temporária. A intervenção física foi dividida em vários dias, de acordo com a disponibilidade dos materiais, e os participantes puderam participar na mesma, caiando, plantando e ajudando a colocar as mesas no jardim.

No entanto, uma vez que o objetivo deste projeto era também promover a coesão social, os participantes discutiram e planearam atividades e ações a ocorrer no jardim. Especificamente, concordaram em organizar uma pequena competição de voleibol, e também uma tarde de jogos tradicionais, juntando os idosos do lar e as crianças mais jovens das escolas, resultando num momento lúdico intergeracional.

De um modo geral, consideramos que a experiência foi muito proveitosa e que os objetivos foram alcançados. As comunidades locais uniram-se e assumiram o controlo, não só do processo de decisão, mas também da própria intervenção. E isso ajudou a dar nova vida e a chamar a atenção para o jardim por parte das autoridades locais e da escola, dos residentes e dos participantes, promovendo sentimentos de responsabilidade e de pertença a este espaço verde público.



CONCLUSÃO

Este projeto teve como objetivo explorar e testar uma metodologia participativa para apoiar intervenções comunitárias em espaços verdes, com o objetivo de aumentar a resiliência ambiental e reforçar a coesão social. Desenvolvida e aplicada por duas organizações parceiras – Kirkayak Kültür na Turquia e Marca-ADL em Portugal - a metodologia SPACES foi implementada em dois contextos muito diferentes, mas com um compromisso comum de transformação inclusiva e local.

PROCESSO PARTILHADO, RESULTADOS DIVERSOS

A abordagem participativa permitiu a ambos os parceiros responder às prioridades locais, seguindo uma metodologia estruturada mas adaptável. Na Turquia, a intervenção teve lugar num jardim botânico, onde a comunidade identificou como principal objetivo a criação de uma estufa para a produção de alimentos. Esta escolha refletiu tanto preocupações ambientais, como a sustentabilidade alimentar local e a resiliência climática, como também prioridades sociais, como a educação e a capacitação da comunidade.

Em Portugal, a intervenção centrou-se num espaço verde público que tinha potencial, mas carecia de infraestruturas para uso partilhado. Através do processo participativo, a comunidade co-desenhou uma nova área partilhada para lazer e interação social. As suas escolhas realçaram a importância de espaços comuns e acessíveis para o bem-estar coletivo e a utilização quotidiana.

Embora os contextos e os resultados fossem diferentes, ambas as intervenções realçaram a importância de trabalhar em colaboração com as comunidades locais para libertar o potencial dos espaços verdes urbanos. A metodologia revelou-se eficaz na promoção do diálogo, da criação de confiança e de um sentimento de apropriação do processo de intervenção.

PRINCIPAIS APRENDIZAGENS

Várias reflexões emergiram deste processo:

O CONTEXTO É IMPORTANTE

Embora a metodologia forneça um quadro comum, a sua flexibilidade permitiu que cada parceiro a adaptasse às realidades, culturas e dinâmicas espaciais locais.

O ENVOLVIMENTO DESDE O INÍCIO É CRUCIAL

Em ambos os contextos, a identificação e o envolvimento precoce dos principais stakeholders, incluindo os gestores do espaço, foram essenciais para garantir a viabilidade e a sustentabilidade da intervenção.

A PARTICIPAÇÃO LEVA TEMPO

A criação de uma participação genuína exigiu tempo, sensibilidade e atenção à dinâmica do grupo. Momentos informais e atividades lúdicas ajudaram a promover um envolvimento mais profundo.

A CRIATIVIDADE COLETIVA FLORESCE COM AS FERRAMENTAS CERTAS

As sessões de co-design e as atividades de exploração permitiram aos participantes articular ideias que, de outra forma, poderiam ficar por dizer.

PERSPETIVAS FUTURAS

Este projeto demonstrou que as metodologias participativas podem ser ferramentas poderosas para a regeneração de espaços verdes urbanos, não só em termos de transformação física, mas também para promover a resiliência da comunidade e a ligação ao local. O processo criou oportunidades de aprendizagem, partilha e ligação entre diferentes grupos sociais.

À medida que os desafios urbanos se tornam cada vez mais complexos, acreditamos que esta metodologia pode oferecer inspiração para ações futuras, quer sejam lideradas por instituições, grupos cívicos ou redes de colaboração. Centrando-nos nas comunidades e abraçando a cocriação, podemos continuar a moldar paisagens urbanas inclusivas e sustentáveis, um espaço de cada vez.

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 2

Strunk, C., & Richardson, M. (2017). Cultivating belonging: Refugees, urban gardens, and placemaking in the Midwest, U.S.A. *Social & Cultural Geography*, 20(6), 826–848. <https://doi.org/10.1080/14649365.2017.1386323>

Cilliers, E. J., Timmermans, W., Van den Goorbergh, F., & Slijkhuis, J. (2015). Green Placemaking in Practice: From Temporary Spaces to Permanent Places. *Journal of Urban Design*, 20(3), 349–366. <https://doi.org/10.1080/13574809.2015.1031213>

Types of greenspace. Forest Research. (2024, May 16). <https://www.forestresearch.gov.uk/tools-and-resources/fthr/urban-regeneration-and-greenspace-partnership/types-of-greenspace/>

Hou, J. (2017). Urban Community Gardens as multimodal social spaces. *Advances in 21st Century Human Settlements*, 113–130. https://doi.org/10.1007/978-981-10-4113-6_6

Zeeuw, H. de, & Drechsel, P. (2015). *Cities and Agriculture: Developing Resilient Urban Food Systems*. London: Routledge, Taylor & Francis Group.

Kabisch, N., Korn, H., Stadler, J., & Bonn, A. (2017). Nature-Based Solutions to Climate Change Adaptation in Urban Areas—Linkages Between Science, Policy and Practice. In: Kabisch, N., Korn, H., Stadler, J., & Bonn, A. (eds.) *Nature-Based Solutions to Climate Change Adaptation in Urban Areas*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56091-5_1

European Environment Agency. (n.d.). *Green space*. Retrieved from <https://www.eea.europa.eu/help/glossary/gemet-environmental-thesaurus/green-space>

European Commission. (n.d.). *Urban nature platform*. Retrieved from https://environment.ec.europa.eu/topics/urban-environment/urban-nature-platform_en

World Health Organization. (2021). *Urban green spaces: A brief for action*. Retrieved from <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/344116/9789289052498-eng.pdf>

Cilliers, E. J., Timmermans, W., Van den Goorbergh, F., & Slijkhuis, J. (2015). Green Placemaking in Practice: From Temporary Spaces to Permanent Places. *Journal of Urban Design*, 20(3), 349–366. <https://doi.org/10.1080/13574809.2015.1031213>

Günaydın, A. S., & Yücekaya, M. (2020). The Evaluation of the Perceptibility and Accessibility: The Case of Gaziantep. *ICONARP International Journal of Architecture and Planning*, 8(2), 480–497. <https://doi.org/10.15320/ICONARP.2020.123>

World Health Organization. (2021). *Urban green spaces: A brief for action*. Retrieved from <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/344116/9789289052498-eng.pdf>

Kabisch, N., Korn, H., Stadler, J., & Bonn, A. (2017). Nature-Based Solutions to Climate Change Adaptation in Urban Areas—Linkages Between Science, Policy and Practice. In: Kabisch, N., Korn, H., Stadler, J., & Bonn, A. (eds.) *Nature-Based Solutions to Climate Change Adaptation in Urban Areas*. Theory and Practice of Urban Sustainability Transitions. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56091-5_1

Zeeuw, H. de, & Drechsel, P. (2015). *Cities and Agriculture: Developing Resilient Urban Food Systems*. London: Routledge, Taylor & Francis Group.

CAPÍTULO 3

Anguelovski, I., Connolly, J. J. T., & Brand, A. L. (2018). From landscapes of utopia to the margins of the green urban life: For whom is the new green city? *CITY*, 22(3), 417–436. <https://doi.org/10.1080/13604813.2018.1473126>

Anguelovski, I., Irazábal-Zurita, C., & Connolly, J. J. T. (2019). Grabbed urban landscapes: Socio-spatial tensions in green infrastructure planning in Medellín. *International Journal of Urban and Regional Research*, 43(1), 133–156. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12725>

Athokpam, V., Chamroy, T., & Ngairangbam, H. (2024). The Role of Urban Green Spaces in Mitigating Climate Change: An Integrative Review of Ecological, Social, and Health Benefits. *Environmental Reports*, 6(1). <https://doi.org/10.51470/ER.2024.6.1.10>

Aurelle, D., Thomas, S., Albert, C., Bally, M., Bondeau, A., Boudouresque, C.-F., ... & Fady, B. (2022). Biodiversity, climate change, and adaptation in the Mediterranean. *Ecosphere*, 13(4), e3915. <https://doi.org/10.1002/ecs2.3915>

Bentley, F. (2023). *Resilience through urban green spaces: Collaborations and collective action toward equitable access and creation of green space in Albany, New York*. Capstone Collection. SIT Graduate Institute. <https://digitalcollections.sit.edu/capstones/3292>

Cannon, J. (2022). *Cradle of transformation: The Mediterranean and climate change*. Mongabay. <https://news.mongabay.com/2022/04/cradle-of-transformation-the-mediterranean-and-climate-change/>

CIWEM. (2024). *Why greening our cities is key to urban climate resilience*. The Chartered Institution of Water and Environmental Management. <https://www.ciwem.org/the-environment/why-greening-our-cities-is-key-to-urban-climate-resilience>

Demski, C., Capstick, S., Pidgeon, N. et al. (2017). Experience of extreme weather affects climate change mitigation and adaptation responses. *Climatic Change*, 140, 149–164. <https://doi.org/10.1007/s10584-016-1837-4>

European Commission. (2021). *Forging a climate-resilient Europe The new EU Strategy on Adaptation to Climate Change* (COM(2021) 82 final). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52021DC0082>

Feigin, S. V., Wiebers, D. O., Lueddeke, G., Morand, S., Lee, K., Knight, A., ... & Winkler, A. S. (2023). Proposed solutions to anthropogenic climate change: A systematic literature review and a new way forward. *Heliyon*, 9, e20544. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e20544>

Graça, M., Cruz, S., Monteiro, A., & Neset, T.-S. (2022). Designing urban green spaces for climate adaptation: A critical review of research outputs. *Urban Climate*, 42, 101126. <https://doi.org/10.1016/j.uclim.2022.101126>

IPCC. (2023). *Climate Change 2023: Synthesis Report. Summary for Policymakers*. Intergovernmental Panel on Climate Change. <https://doi.org/10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001>

Lange, M. A. (2020). Climate change in the Mediterranean: Environmental impacts and extreme events. *IEMed Mediterranean Yearbook*, 30–37. <https://www.iemed.org/publication/climate-change-in-the-mediterranean-environmental-impacts-and-extreme-events/>

Liu, H., Zhang, J., & Wang, Z. (2025). Assessing and optimizing the potential for climate change mitigation and carbon sequestration in urban residential green spaces: Energizing sustainable cities. *Frontiers in Environmental Science*, 13, 1519297. <https://doi.org/10.3389/fenvs.2025.1519297>

Malhi, Y., Franklin, J., Seddon, N., Solan, M., Turner, M. G., Field, C. B., & Knowlton, N. (2020). Climate change and ecosystems: Threats, opportunities and solutions. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 375(1794), 20190104. <https://doi.org/10.1098/rstb.2019.0104>

MedECC. (2019). *Climate and environmental change in the Mediterranean – Main facts*. Mediterranean Experts on Climate and Environmental Change (MedECC). <https://www.medecc.org/climate-and-environmental-change-in-the-mediterranean-main-facts>

Meerow, S., & Stults, M. (2016). Comparing conceptualizations of urban climate resilience in theory and practice. *Sustainability*, 8(7), 701. <https://doi.org/10.3390/su8070701>

Paudel, S., & States, S. L. (2023). Urban green spaces and sustainability: Exploring the ecosystem services and disservices of grassy lawns versus floral meadows. *Urban Forestry & Urban Greening*, 84, 127932. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2023.127932>

Reser, J., & Bradley, G. (2017, September 26). Fear Appeals in Climate Change Communication. *Oxford Research Encyclopedia of Climate Science*. Oxford University Press, 10.1093/acrefore/9780190228620.013.386

Seddon, N., et al. (2021). *Nature-based solutions in the Mediterranean*. IUCN Factsheet. <https://www.iucn.org/sites/default/files/2021-03/nature-based-solutions-in-the-mediterranean-factsheet.pdf>

Sisco, M. R. (2021). The Effects of Weather Experiences on Climate Change Attitudes and Behaviors. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 52, 111–117. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2021.09.001>

Spence, A., Poortinga, W., Butler, C. et al. (2011). Perceptions of climate change and willingness to save energy related to flood experience. *Nature Climate Change*, 1, 46–49. <https://doi.org/10.1038/nclimate1059>

Tyler, S., & Moench, M. (2012). A framework for urban climate resilience. *Climate and Development*, 4(4), 311–326. <https://doi.org/10.1080/17565529.2012.745389>

Visconti, G., & Young, K. (2024). The effect of different extreme weather events on attitudes toward climate change. *PLoS ONE* 19(5): e0300967. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0300967>

CAPÍTULO 4

<https://www.planning.org/planning/2021/spring/well-designed-public-spaces-are-inclusive-ones/>

<https://ndc-md.org/news-and-stories/understanding-hostile-architecture-the-cause-and-effect-of-restricting>

<https://www.planning.org/planning/2018/oct/sensoryoverload/>

Hörschelmann, K; Werner, A; Bogacki, M; Lazova, Y (2019) Taking Action for Urban Nature:

Citizen Engagement Handbook, NATURVATION Guide

Friedmann, J. (2010). Place and placemaking in cities: A global perspective. *Planning Theory & Practice*, 11(2), 149–165. <https://doi.org/10.1080/14649351003759573>

Compaine, B. M. (2001). *The digital divide: Facing a crisis or creating a myth?* MIT Press.

Zhou, S. L. (2019). Understanding ‘Inclusiveness’ in Public Space: Learning from Existing Approaches.

Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space* (D. Nicholson-Smith, Trans.; 1st ed.). Blackwell. <https://doi.org/10.4324/9781315816852>

Lefebvre, H. (1996), “The right to the city”, in Kofman, Eleonore; Lebas, Elizabeth (eds.), *Writings on cities*, Cambridge, Massachusetts: Wiley-Blackwell

CAPÍTULO 5

Ayaz, Ç., & Fidan, G. (2023). *Urban Walks for Equal Public Spaces: Notes and Recommendations*. Kallipolis Aps & TESEV: THE:PLACE Program. <https://mekandaadalet.org/en/theplace-1stround-tesev-kallipolis/>

Bir İZ & Subjective Values Foundation (2023). *Play 2 Gather Project: Game Development Report & Practitioner Guideline*. Bir İZ & Subjective Values Foundation: THE:PLACE Program. <https://mekandaadalet.org/en/theplace-1stround-biriz-svf/>

CABE Space (2007). *Spaceshaper: A user’s guide*. Commission for Architecture and the Built Environment. <https://www.designcouncil.org.uk/our-resources/archive/reports-resources/spaceshaper-users-guide/>

Cowan, R. (2001). *Arm yourself with a Placecheck: A users’ guide*. Urban Design Alliance.

Kasurinen, J., & Knutas, A. (2018). Publication trends in gamification: A systematic mapping study. *Computer Science Review*, 27, 33-44. <https://doi.org/10.1016/j.cosrev.2017.10.003>

PPS (2005). *Place Performance Evaluation: A Tool for Initiating the Placemaking Process*. Project for Public Spaces. www.pps.org

Trust For Public Land (2020). *Pocket Park Toolkit*. Trust For Public Land. <https://www.tpl.org/resource/pocket-park-toolkit>

URBACT (2019). *URBACT Toolbox: A set of tools and resources to help you shape better cities*. URBACT. <https://urbact.eu/toolbox-home>

Vidou, K. & Latinopoulos, D. (2021). Implementation of a place game tool in the City of Rotterdam to enhance urban resilience to climate change through placemaking. *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability*, 16(3), 286–309. doi:10.1080/17549175.2021.1973077.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

O ESTADO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS

Este questionário está a ser desenvolvido pela Marca ADL e Kirkayak Kültür no âmbito do projeto SPACES, um projeto que pretende reativar e promover espaços públicos inclusivos e sustentáveis na área do Mediterrâneo que promovam a coesão social e o bem-estar das populações.

Responda às seguintes perguntas sobre o espaço verde situado em _____.

P.1. COM QUE FREQUÊNCIA COSTUMA USAR O ESTE ESPAÇO VERDE?

1.Nunca	2.Raramente	3.Frequentemente

P.2. ACHA QUE AS PESSOAS DA CIDADE, QUE NÃO RESIDEM NA ENVOLVENTE DESTE ESPAÇO VERDE, USAM ESSE ESPAÇO?

Ninguém	Poucas pessoas	Algumas pessoas	Muitas pessoas	Todas as pessoas

P.3. COMO COSTUMA UTILIZAR ESTE ESPAÇO VERDE? (circundar os números relativos às respostas)

Não utilizo	1
Lazer	2
Desporto	3
Acessibilidade e acesso/passagem	4
Acesso à água	5
Interação social/convívio	6
Passear o cão	7
Piquenique	8
Outro? QUAL _____	9

P.4. COMO É QUE A COMUNIDADE COSTUMA UTILIZAR ESTE ESPAÇO?

Não o utiliza	1
Lazer	2
Desporto	3
Acessibilidade e acesso/passagem	4
Acesso à água	5
Interação social/convívio	6
Passear o cão	7
Piquenique	8
Outro? QUAL _____	9

P.5. INDIQUE QUE SENTIMENTOS ASSOCIA A ESTE ESPAÇO VERDE.

P.6. QUEM ACHA QUE TEM MAIOR PROBABILIDADE DE USAR O ESPAÇO?

Escolha quatro opções:

1	Crianças
2	Jovens
3	Idosos
4	Famílias
5	Pessoas com animais
6	Imigrantes
7	Pessoas com deficiência
8	Turistas
9	Outros: Quem? _____

P.7. CONSIDERA QUE ESTE ESPAÇO VERDE É ACESSÍVEL A TODAS AS PESSOAS? (localização, condições de circulação, ou outras)

Sim _____ Não _____

P.7.1. Se respondeu não, por favor explique **BREVEMENTE** o porquê:

P.8. EM QUE MEDIDA O ESPAÇO:

	Nada	Pouco	Muito
P.8.1. Está limpo e cuidado?			
P.8.2. É seguro?			
P.8.3. É confortável?			
P.8.4. Está bem concebido/desenhado do ponto de vista do utilizador?			

P.9. QUE ATIVIDADES SE PODERIAM REALIZAR NESTE ESPAÇO, TENDO EM CONTA O SEU POTENCIAL?

Pode escolher mais de uma opção:

1	Passear
2	Fazer um piquenique
3	Eventos culturais
4	Levar o cão a passear
5	Convívio
6	Festas populares
7	Praticar atividade física
8	Outra. Especifique: _____

P.10. INDIQUE O QUE MAIS GOSTA NESTE ESPAÇO.

P.11. O QUE PODERIA SER MUDADO NESTE ESPAÇO?

P.12. QUE TIPO(S) DE FUNCIONALIDADE(S)/FUNÇÕES DEVERIA ESTE ESPAÇO FAVORECER NO FUTURO? (responder até 4 opções)

Qualidade da água, do ar e do solo	1
Biodiversidade e contacto com a natureza	2
Lazer que promove o convívio e a interação social	3
Tranquilidade e promoção da saúde física e psicológica	4
Sombras e proteção contra os ventos	5
Recursos para a população: fruta, frutos silvestres e aromáticas	6

Minimizar o risco de inundações e de erosão dos solos	7
Espécies da região e informação/educação ambiental	8
Outras: Especifique: _____	9

P.13. QUE EQUIPAMENTOS/ELEMENTOS SERIAM IMPORTANTES EXISTIR OU MELHORAR NESTE ESPAÇO? Escolher apenas 5, indicando a ordem de preferência.

Caminhos	Equipamentos desportivos	Equipamento recreativo	Painéis informativos/sinalética sobre elementos naturais	
Lago	Frutos para apanhar	Bancos	Mesas	
Mais sombras	Mais vegetação	Outros: Qual?		

P.14.. EM QUE MEDIDA CONCORDA COM AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES:

	Não concordo	Concordo em parte	Concordo	Concordo totalmente
P.14.1. Acho importante envolver a comunidade na reflexão sobre os espaços verdes das suas cidades.				
P.14.2. Estou disposto a participar em ações que pretendam valorizar este espaço verde em particular				

No caso de querer participar ou ter informação sobre futuras atividades que serão organizadas para valorização deste espaço verde, deixe abaixo os seus dados pessoais e de contacto:

Nome: _____

Número de telefone /ou correio eletrónico: _____

P.15. Género: F ___ M ___ O ___

P.16. Grupo etário: 15-24; 25-49; 50-64; 65 e mais (circundar o escalão)

P.17. Qual é a sua nacionalidade?

Portuguesa _____

Turca _____

Outra: (especificar) _____

P.18. Vivo na zona envolvente deste espaço verde: Sim ___ Não ___

SPACES / GRELHA METODOLÓGICA

FASE	OBJETIVOS	FERRAMENTAS / MÉTODOS	ETAPAS / ATIVIDADES
<p>1. Identificação do Contexto e Seleção do Local</p>	<p>Compreender o contexto de intervenção e definir um local viável, significativo e potencialmente sustentável que possa contribuir para uma comunidade mais coesa</p>	<p>Análise do contexto Mapeamento das partes interessadas Observação no terreno Entrevistas informais Reuniões formais</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar o contexto socioeconómico da intervenção, incluindo os problemas sociais a resolver - compreender as possibilidades e os desafios 2. Identificar espaços verdes abandonados/não utilizados, subutilizados ou com potencial que possam beneficiar a comunidade 3. Avaliar as características do local (proximidade, segurança, acessibilidade) 4. Identificar e contactar as entidades responsáveis pelo espaço verde 5. Identificar e abordar outros <i>stakeholders</i> importantes
<p>2. Abordar e Envolver as Comunidades</p>	<p>Assegurar o empenho sustentável da comunidade e a participação inclusiva</p>	<p>Plano de comunicação adaptado a cada <i>stakeholder</i> Divulgação na comunidade Criação de parcerias Campanhas de sensibilização Facilitação inclusiva</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir estratégias de comunicação para diferentes públicos/grupos, incluindo grupos vulneráveis 2. Estabelecer as parcerias necessárias para o envolvimento da comunidade 3. Sensibilizar para o espaço verde através de métodos de comunicação eficazes 4. Envolver cada parte interessada e grupo de participantes relevantes com métodos/atividades específicos
<p>3. Exploração e Co-Reflexão</p>	<p>Construir uma compreensão partilhada e gerar conhecimentos coletivos</p>	<p>Workshops participativos Passeios exploratórios Jogos de cocriação Inquéritos Círculos de discussão</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivar a reflexão sobre o espaço verde e a sua importância na comunidade 2. Facilitar a exploração no local com as comunidades - combinar atividades lúdicas com métodos/jogos de exploração espacial 3. Recolher informações: inquéritos e debates em grupos organizados 4. Analisar e sintetizar os dados recolhidos 5. Identificar uma lista de possíveis ações/intervenções
<p>4. Co-Design e Intervenção</p>	<p>Cocriar uma transformação significativa e viável do espaço</p>	<p>Sessões de co-design, Reuniões de negociação, Planeamento colaborativo, Eventos comunitários</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partilhar as conclusões e a lista de ações possíveis com as partes interessadas e todos os outros participantes 2. Cocriar a intervenção, gerir expectativas sobre o espaço e limitações legais 3. Planear o orçamento e validá-lo com os <i>stakeholders</i> e todos os outros participantes 4. Co-organizar a implementação e a intervenção no espaço 5. Organizar eventos comunitários no local



Associação de
Desenvolvimento
Local

